

ÍNDICE GERAL

NOTA À 4. ^a EDIÇÃO	17
NOTA À 3. ^a EDIÇÃO	19
NOTA À 2. ^a EDIÇÃO	21
NOTA INTRODUTÓRIA	23
LISTA DAS PRINCIPAIS SIGLAS E ABREVIATURAS	25
I. INTRODUÇÃO	27
1. Caracterização do Direito Fiscal. A Autonomia do Direito Fiscal como Ramo de Direito	27
2. Princípios Estruturantes	30
3. A Coerência do Ordenamento Jurídico Fiscal	32
4. O Direito Fiscal Geral e os Direitos Fiscais Especiais	34
5. O Direito Fiscal Internacional	35
6. O Direito Fiscal Europeu	37
7. Direito Fiscal, Pluralismos Jurídicos e Globalização	39
II. OS TRIBUTOS	41
1. O Conceito de Tributos	42
2. O Sistema Fiscal e Tipos de Normas	44
3. Os Impostos	46
3.1. Conceito e Elementos Essenciais	46
3.2. Elementos dos Impostos nos Estados de Direito	48
3.3. A Posição do Tribunal Constitucional	49
3.4. Conceito de Imposto na Doutrina Portuguesa	50
3.5. Conclusões	51
3.6. Classificações dos Impostos no Sistema Fiscal Português	52
3.6.1. Impostos sobre o Rendimento, o Consumo e o Património	52
3.6.2. Impostos Reais e Impostos Pessoais: A Crise do Imposto Pessoal	57
3.6.3. Impostos Proporcionais, Progressivos e Regressivos	59

3.6.4. Impostos Diretos e Indiretos	61
3.6.5. Impostos de Obrigação Única e Impostos Periódicos	62
4. As Taxas	64
4.1. Conceito e Elementos Essenciais	64
4.2. A Remoção de Obstáculos Jurídicos	65
4.3. A Quantificação das Taxas e o Princípio da Cobertura de Custos	66
4.4. A Manifesta Desproporcionalidade	68
4.5. Conclusões	70
4.6. O Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais	71
4.6.1. A Relação Jurídica Tributária	71
4.6.2. O Objeto das Taxas	72
4.6.3. O Princípio da Equivalência Jurídica	72
4.6.4. A Finalidade das Taxas e O Princípio da Justa Repartição dos Encargos Públicos	73
4.7. A Taxa Municipal de Proteção Civil	74
5. As Contribuições Financeiras	76
5.1. Conceito	76
5.2. As Contribuições Parafiscais	77
5.2.1. As Taxas de Regulação Económica e a Proteção Constitucional dos Contribuintes	79
5.2.2. A Quantificação das Taxas de Regulação Económica	80
5.3. Tributos Extrafiscais e Sanções	81
6. Os Benefícios Fiscais	85
III. A RELAÇÃO JURÍDICA TRIBUTÁRIA	87
1. Noções Introdutórias	87
2. Sujeitos da Relação Jurídica Tributária	89
2.1. Categorias de Sujeitos Passivos	91
2.2. Contribuinte, Substituto e Substituído Tributário	92
2.3. A Responsabilidade Tributária: Caracterização, Pressupostos e Procedimento	93
2.4. Casos de Responsabilidade Tributária Previstos na Lei	95
2.4.1. Responsabilidade do Titular de Estabelecimento Individual de Responsabilidade Limitada	95
2.4.2. Responsabilidade Tributária dos Liquidatários das Sociedades	95
2.4.3. Responsabilidade de Gestores de Bens ou Direitos de Não Residentes	95
2.4.4. Responsabilidade em Caso de Substituição Tributária	96
2.4.5. A Responsabilidade dos Corpos Sociais e Responsáveis Técnicos de Sociedades de Responsabilidade Limitada, Cooperativas e Empresas Públicas	98

2.4.6. Responsabilidade Tributária e Culpa	100
2.4.7. A averiguação da culpa dos gestores e responsáveis técnicos	104
2.4.8. Outras Situações que Poderiam Conduzir a Responsabilidade Tributária	106
2.5. Os Promotores e Utilizadores de Esquemas de Planeamento Fiscal Agressivo	107
2.6. A Sucessão Tributária	108
3. Prestação Tributária e Deveres de Cooperação	108
4. Constituição, Alteração e Extinção da Relação Jurídica Tributária	110
4.1. Noções Introdutórias	110
4.2. <i>Tatbestand</i> Sistemático de Imposto	110
4.3. Constituição da Relação Jurídica Tributária	113
4.4. Alteração dos Elementos Essenciais da Relação Jurídica Tributária e o Exemplo dos Preços de Transferência e Dos Acordos Prévios Vinculativos	114
4.5. A Proibição de Moratórias, a Indisponibilidade do Crédito Tributário, o Princípio da Igualdade e os Regimes Excepcionais de Regularização da Dívida Tributária (RERT I, II e III)	116
4.6. A Extinção da Relação Jurídica Tributária	120
4.6.1. Noções Introdutórias	120
4.6.2. As Modalidades de Cobrança ou Pagamento	120
4.6.3. Caducidade	122
4.6.4. Prescrição	124
4.7. Juros Compensatórios, de Mora e Indemnizatórios	124
IV. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS FORMAIS E MATERIAIS	127
1. Noções Introdutórias	127
2. Estado Fiscal, Estado-Dívida e a Era Pós-Estado. O Memorando de Entendimento	128
V. O PRINCÍPIO DA LEGALIDADE FISCAL	133
1. Noções Introdutórias	134
2. O Direito de Resistência	135
3. A Reserva de Lei Fiscal e sua Justificação	136
4. A Reserva de Lei Competencial	139
4.1. Reserva Relativa de Competência da AR em Matéria Fiscal e as Competências de Harmonização Fiscal da UE	139
4.2. As Autorizações Legislativas ao Governo	140
4.3. As Exigências de Determinação das Leis de Autorização Legislativa	142
4.3.1. A Tripla Vertente das Autorizações Legislativas	143
4.3.2. A Função de Orientação Política	143

4.3.3. Sentido das Autorizações Legislativas e os Elementos Essenciais do Imposto	144
4.4. Poder Tributário das Regiões Autónomas	147
4.4.1. Poder Tributário Próprio	148
4.4.2. Criação de Impostos vs. Adaptação dos Elementos Essenciais do Imposto	151
4.4.3. Poder Tributário Próprio e de Adaptação nas Leis das Finanças Regionais	152
4.5. Poder Tributário das Autarquias Locais	154
5. A Reserva Material ou Princípio da Tipicidade Fiscal	156
5.1. Noções Introdutórias	156
5.2. Art. 103.º n.º 2 da Constituição e os Elementos Essenciais dos Impostos	156
5.2.1. <i>An</i> e o <i>Quantum</i> da Obrigação Tributária – A Incidência em Sentido Amplo	158
5.2.2. Lançamento e Liquidação e a Quantificação do Imposto	158
5.2.3. A «Taxa» (Imposto) de Comercialização de Produtos de Saúde, a sua Quantificação e a Reserva de Lei	159
5.2.4. Tribunal Constitucional: Quantificação, Regras Materiais ou Substantivas e Regras Procedimentais ou Processuais	161
5.2.5. A Taxa ou Alíquota	163
5.2.6. Os Benefícios Fiscais no Contexto do art. 103.º, n.º 2, da CRP	163
5.2.7. As Garantias dos Contribuintes	165
5.3. Criminalização, Agravação, Descriminalização ou Atenuação	166
5.4. Restrições e Desagravamentos das Garantias dos Contribuintes-Administrados	167
6. Determinação e Indeterminação	169
6.1. Conceito	169
6.2. Grau de Determinação Legal Exigível e Controlo Judicial	172
6.3. A Posição da Jurisprudência	174
6.4. Remissões da Lei Formal para Regulamento ou Decreto-Lei não Autorizado	176
7. O art. 103.º n.º 3 da CRP	177
VI. O PRINCÍPIO DA PROIBIÇÃO DA RETROATIVIDADE FISCAL	179
1. Conceito e Critérios	179
2. Leis Procedimentais e Processuais	180
3. Leis Substantivas	185
3.1. Impostos de Obrigação Única e Impostos Periódicos	185
3.2. As Taxas Liberatórias e as Tributações Autónomas	187
3.3. Conceito de Retroatividade Para Efeitos do IVA	192

4.	A Proibição da Retroatividade como Manifestação do Princípio da Segurança Jurídica	192
5.	A Posição do Tribunal Constitucional	194
6.	Conclusões	199
7.	Retrospetividade e Princípio da Proteção da Confiança	201
7.1.	Significado de Retrospetividade	201
7.2.	Princípio da Proteção da Confiança: Critérios Jurisprudenciais de Densificação	201
7.3.	A Pouca Relevância Dada à Proteção da Confiança?	203
7.4.	Os Princípios da Proteção da Confiança e da Auto-Revisibilidade das Leis	205
8.	Normas Oneradoras e Normas Desoneradoras do Sujeito Passivo	207
9.	Cláusulas Antiabuso	207
10.	A Lei Retroativa Interpretativa	208
VII. O PRINCÍPIO DA IGUALDADE FISCAL		211
1.	Noções Introdutórias	211
2.	A Justiça Fiscal	213
3.	O Princípio da Capacidade Contributiva como Princípio Estruturante e Medida da Igualdade Económica aplicada aos Impostos	213
4.	Os Princípios da Capacidade Contributiva, a Comparabilidade e o Benefício	215
4.1.	O Princípio do Benefício	216
4.2.	A Comparabilidade nos Impostos sobre o Rendimento	216
4.3.	A Comparabilidade nos Impostos Estáticos sobre o Património: a Verba 28.1 do Imposto do Selo e o Adicional ao IMI	216
4.4.	A Comparabilidade nos Impostos Parcelares sobre o Consumo	221
4.5.	A Comparabilidade de Pessoas e de Bens Consoante os Diferentes Tipos de Impostos	221
5.	A Proibição de Impostos Confiscatórios	223
6.	Tributos Sinalagmáticos	223
VIII. O PRINCÍPIO DA TRIBUTAÇÃO DO RENDIMENTO REAL		225
1.	Tributação do Rendimento Real e Deveres Declarativos e de Cooperação. A Fiscalização	226
2.	A Tributação do Rendimento Real das Empresas e a Dedutibilidade dos Gastos	228
3.	O Caso da Dedutibilidade de Juros	230
3.1.	Os Juros como Gastos Dedutíveis Associados à Gestão de Ativos e à Realização de Investimentos	230
3.2.	A Dedutibilidade de Juros Devidos para Financiar uma Entidade Relacionada	232

3.3. A Dedutibilidade dos Gastos após a Reforma de 2014 – A Nova Redação do Art. 23.º do CIRC	236
4. O Alcance da Tributação do Rendimento Real: Limites Traçados pelo Princípio da Capacidade Contributiva e os Direitos de Propriedade e Iniciativa Privada	237
5. A Importância da Tributação do Rendimento Real	238
6. O Mito da Tributação do Rendimento Real	239
7. Métodos Indiretos de Tributação na LGT	242
7.1. Noções Introdutórias	242
7.2. Os Pressupostos para a Aplicação dos Métodos Indiretos	243
7.3. Métodos Indiretos e Diminuição da Medida da Prova	244
7.4. As Manifestações de Fortuna como Presunção de Rendimento Não Declarado	245
7.5. Conclusões	248
8. A Tributação do Rendimento Real e as Tributações Autónomas	249
8.1. As Despesas Não Documentadas e Despesas Confidenciais	249
8.2. Evolução Histórica do Regime Jurídico-Fiscal Aplicável às Despesas Não Documentadas	250
8.3. A Tributação Autónoma	251
8.4. Caracterização da Tributação Autónoma	253
8.5. O Regime das Despesas Não Documentadas no Direito Comparado	255
8.6. Enquadramento Jurídico-Constitucional da Tributação Autónoma	256
8.6.1. A Jurisprudência do STA e do Tribunal Constitucional	256
8.6.2. A Caracterização da Tributação Autónoma pela Doutrina	260
8.7. Conclusões	260
IX. O PRINCÍPIO DA PRATICABILIDADE	265
1. As Presunções Inilidíveis e as Tipificações Legais	265
2. A Constitucionalidade das Tipificações Legais	267
3. As Presunções Consagradas nas Normas de Incidência Tributária, os Artigos 73.º e 74.º da LGT e 64.º do CPPT	270
4. A Proibição de Presunções e o Ónus da Prova em Direito Fiscal	273
X. A INTERPRETAÇÃO DAS LEIS FISCAIS	277
1. Noções Introdutórias	277
2. A Interpretação da Lei Fiscal Segundo os Critérios de Interpretação	279
3. A Importação pela Lei Fiscal de Conceitos do Direito Civil e de Outros Domínios Científicos	282
3.1. A Interpretação Autónoma e o Art. II.º n.º 2 da LGT	282

3.2. A Interpretação segundo a Substância Económica dos Factos e o Art. II.º n.º 3 da LGT	283
4. A Interpretação conforme à Constituição e ao Direito Europeu e Internacional	284
5. Indeterminação Legal e Analogia	284
6. Interpretação Teleológica, Analogia e Abuso	286
XI. A ELISÃO OU ABUSO FISCAL, EVASÃO E FRAUDE FISCAIS, E PLANEAMENTO FISCAL AGRESSIVO	289
1. Segurança Jurídica e Justiça Fiscal	289
2. Da Inexistência de Facto Tributário à Evasão e Fraude Fiscais	290
3. Planeamento Fiscal e Moralidade Fiscal	292
4. Lacunas Legais Intencionais e Não Intencionais	294
5. Lacunas Não Intencionais e Disparidades	295
6. Técnicas Legislativas de Redução das Lacunas Não Intencionais	296
7. Técnicas Legislativas de Redução das Disparidades	297
8. A Evasão Fiscal	298
9. A Elisão ou Abuso Fiscal	298
9.1. A Necessidade de Cláusulas Antiabuso	299
9.2. Art. 38.º n.º 2 da LGT	303
9.3. Planeamento Fiscal vs Abuso Fiscal: O Caso da Isenção das Mais-Valias Resultantes da Alienação de Ações	306
9.4. Os Preços de Transferência	308
10. A Elisão Fiscal no Direito Comparado	309
11. O Princípio do Abuso no Direito Europeu	311
11.1. Impostos Diretos Não Harmonizados	311
11.2. Impostos Diretos Parcialmente Harmonizados	312
11.3. IVA	314
11.4. Recomendação de Cláusulas Gerais Antiabuso	315
12. «O Teste da Finalidade Principal» (Principal Purpose Test, «PPT») na Ação 6 do BEPS	318
13. Evasão Fiscal, Elisão ou Abuso Fiscal e Planeamento Fiscal Agressivo	319
14. O Planeamento Fiscal Agressivo segundo o Decreto-Lei n.º 29/2008, de 25 de fevereiro	320
XII. O Contencioso Tributário Português	325
Secção I – O Procedimento e o Processo Tributário Português	325
1. Introdução	325
2. O Procedimento e o Processo Tributário Português	326
3. A Relação entre a Lei Geral Tributária e o Código de Procedimento e de Processo Tributário	327

4.	O Objeto e Alcance da LGT e do CPPT	329
5.	A Complexidade do CPPT e a Simplicidade da Arbitragem	331
6.	As Medidas Extraordinárias Previstas pelo DL n.º 81/2018, de 15/10	332
7.	A Tutela Judicial Efetiva no Contencioso Tributário Assegurada por Três Meios Judiciais	333
	Secção II – O Processo Judicial Tributário	335
1.	O Processo Judicial Tributário: Conceito	335
2.	A Legislação Aplicável ao Processo Judicial Tributário	335
3.	A Interpretação e Integração das Leis Processuais	338
3.1.	A Integração de Lacunas por Recurso à Analogia	338
3.2.	A Integração de Lacunas de Normas de Natureza Procedimental ou Processual dos Códigos e Leis Tributárias	341
3.3.	O Recurso ao Direito Subsidiário – o Art.º 2.º do CPPT	342
4.	A Aplicação das Leis Processuais no Tempo	344
5.	Tipos de Processo	346
6.	Atos Impugnáveis	348
6.1.	A Impugnação de atos em Matéria Tributária	350
6.1.1.	A Determinação da Matéria Tributável	350
6.1.2.	As Decisões de Correção Quantitativa da Matéria Tributável	351
6.2.	A Impugnação de Atos Tributários	351
6.3.	A Impugnação de Atos em Matéria Tributável	352
6.4.	A Impugnação de Atos Administrativos Relativos a Questões Tributárias	353
6.5.	A Impugnação de Autoliquidações, Retenções na Fonte e Pagamentos por Conta	354
6.6.	A Reclamação Prévia no Processo de Impugnação Judicial	355
6.7.	A Impugnação Judicial de Atos da Fase Administrativa do Processo Contraordenacional Fiscal	356
6.8.	A Impugnação de Atos da Administração Tributária em Sede da Execução Fiscal	356
6.9.	A Impugnação de Normas Jurídicas Tributárias	357
7.	Formas do Processo	357
7.1.	As Formas de Tutela Jurisdicional	357
7.2.	A Impugnação Judicial de Atos e a Impugnação de normas Jurídicas Tributárias	364
	XIII. CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA FISCAL PORTUGUÊS	365
1.	Introdução	365
2.	O Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	368
2.1.	Unicidade e progressividade	368
2.2.	Rendimento líquido	371

2.3. Distinção entre categorias	373
2.4. Sujeitos passivos e agregado familiar	375
2.5. Englobamento e progressividade v. taxas liberatórias ou autónomas proporcionais	376
2.6. Taxas especiais	378
3. Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	379
3.1. Objeto e sujeitos passivos	379
3.2. Determinação da matéria tributável	380
3.3. Taxa	383
4. O IVA	383
4.1. Características gerais	383
4.2. Objeto do imposto e sujeitos passivos	384
4.3. A neutralidade do imposto	385
4.4. Taxa, liquidação e cobrança do IVA	386
4.5. Taxas múltiplas e isenções incompletas	386
5. Os impostos sobre o património	388
5.1. Considerações gerais	388
5.2. O IMI	389
5.3. As taxas do IMI	390
5.4. O adicional ao IMI	391
5.5. A iniquidade do IMI e do adicional ao IMI	393
5.6. A tributação do património mobiliário e a troca de informações	395
6. O IMT	396
7. O imposto de selo	397
8. Impostos especiais sobre o consumo	397
LISTA DE BIBLIOGRAFIA	401
ÍNDICE ANALÍTICO	417